



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

PACIFICAÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Profa Herminia Helena Castro da Silva
Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Local / UNISUAM

hcsilva@unisuam.edu.br

Prof Patrícia Gonçalves

UNISUAM/ RJ

rochapatty@hotmail.com

Hilda Daniela Oliveira de Mello

Aluna do Programa de Iniciação Científica / UNISUAM

daniela_22melo@hotmail.com

Introdução

Por que favela? A favela, hoje também chamada de como comunidade, tornou-se o centro das atenções da cidade do Rio de Janeiro. O tema acostumado a freqüentar as páginas policiais, agora tem lugar reservado nos cadernos nobres. No jornal O Globo de domingo dia 29 de maio, ela foi assunto da manchete e das páginas 18 e 19 do primeiro caderno. A notícia da manchete expunha as diferenças que existem entre o processo de pacificação e o processo de ocupação e mobilização coletiva, conhecido como “UPP social”.

A palavra favela chegou ao Rio de Janeiro trazida por ex combatentes de Canudos. Favela era uma vegetação que cobria a região que serviu de palco para a batalha que dizimou os seguidores de Antônio Conselheiro. Soldados que participaram dessa guerra vieram para o Rio, na época capital da República, e em função de dificuldades financeiras foram ocupando as encostas do morro que hoje se chama Providência, que na época recebeu o nome de Morro da Favela fazendo uma referência à origem da ocupação do lugar.

O governo de estado, através da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), vem tentando intervir nas favelas cariocas. A política de pacificação, baseada na concepção de polícia de proximidade e na experiência colombiana, recebe apoio da maior parte da população, mesmo que em outras regiões do estado o processo de intervenção posto em prática em, até agora, 17 favelas, tenha aumentado consideravelmente as taxas de criminalidade.



A primeira UPP foi instalada na favela Santa Marta (Botafogo, Zona Sul) em 20 de novembro de 2008. Posteriormente, outras unidades foram instaladas na Cidade de Deus, no Batan, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, Morro dos Cabritos, Ladeira dos Tabajaras, Morro da Babilônia, Chapéu Mangueira, Morro da Providência, Borel, Coroa/ Fallet e Fogueteiro, Formiga, Macacos, Salgueiro, São Carlos, Morro dos Prazeres, São João e Turano. Na Cidade de Deus foram inauguradas duas novas UPPs, cada uma com seu comando próprio.

Apesar de não haver consenso entre os estudiosos do tema, oficialmente a Providência é considerada a primeira favela do Brasil. Ela recebeu esse nome no século XIX. Os ex combatentes da guerra de Canudos que vieram para o Rio à espera de uma casa prometida pelo governo se fixaram no morro porque a falta de vontade política impediu que a promessa fosse cumprida. A favela da Providência, situada atrás da Central do Brasil, nasceu como pouso provisório dos soldados que atacaram o “aldeamento” de Antônio Conselheiro. Esse ataque influenciou a relação da cidade com a favela de muitas maneiras diferentes.

A guerra de Canudos impressionou de tal forma a Euclides da Cunha que ele escreveu um dos mais importantes livros brasileiros: *Os sertões*. As impressões de Euclides sobre a vida e a destruição daquele pequeno grupo social se espalharam rapidamente entre os intelectuais cariocas. Jornalistas, escritores, pesquisadores, logo perceberam as semelhanças existentes entre as formas de viver descritas por Euclides da Cunha e as imagens que eles viam no Morro da Favela (VALLADARES, 2005).

Aos poucos a palavra favela deixou de ser um nome próprio – o do morro- para se tornar um substantivo. Contribuíram para isso o relato de jornalistas, cronistas e até poetas que descreviam para a cidade as impressões que suas visitas a esses lugares causavam (VALLADARES, 2000, 2005; OLIVEIRA; MARCIER, 2004). Partindo do mito criado e alimentado pelos intelectuais da época que viam a favela como um mundo exótico, na cidade o Rio de Janeiro foi se constituindo a visão dual que opõe “favela” e “asfalto”. Para Valladares o mito “favela versus cidade” é uma espécie de “paráfrase” do mito “sertão versus litoral” popularizado através da obra de Euclides da Cunha.

A favela começa a ser vista como um “problema social” desde o tempo dos soldados que lutaram em Canudos. O “problema favela” no início do século XX foi enfrentado através do expediente da remoção. As remoções criaram descontentamento e



não conseguiram afastar os pobres dos lugares mais nobres da cidade. Como até hoje, um número significativo de antigos moradores não conseguiram se estabelecer na nova moradia porque não existia trabalho. Eles retornaram para sua comunidade original. Enquanto isso, novos pobres continuavam chegando ao Rio, fugidos da miséria no campo.

Depois de alguns anos o Estado decidiu que iria tentar solucionar o “problema favela” através da construção e venda de conjuntos de apartamentos situados em regiões mais acessíveis da cidade. A política de habitação não deu certo porque os proprietários não foram capazes nem de manter a organização do espaço nem de quitar seus débitos com o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Hoje o Estado vem consolidando um modelo de enfrentamento do “problema favela” através da organização e do controle sobre o território e sobre as condutas. O modelo parte da organização do espaço de forma a favorecer o trânsito, entre outras coisas, de agentes do setor público e de prestadores de serviço do setor privado. A favela agora vai ser transformada em bairro através do acesso às políticas públicas e ao consumo - as prestadoras de serviço privadas terão acesso a um poderoso mercado consumidor. A política da pacificação posta em curso pelo governo de estado em 2008 tem como objetivo possibilitar o trabalho de inclusão da favela na sociedade, mas precisa evoluir para promover a aproximação desses dois contextos.

Mas, apesar de do ponto de vista sócio econômico (VALLADARES, 2005; ZALUAR, 2000) existirem muitas semelhanças entre a cidade e as hoje chamadas comunidades, em alguns aspectos favela e cidade formal são mesmo diferenciadas. O volume de investimentos públicos é um desses aspectos. Em um país onde a inclusão fica a cargo do estado, a falta de eficácia da máquina administrativa expõe amplos setores da sociedade aos perigos originados pela falta de proteção social adequada. A ocupação do território das favelas por grupos fortemente armados¹ é uma das situações propiciadas pela falta de proteção social.

¹ Interessante perceber que a ocupação da favela pelas atividades do comércio de varejo de drogas ilegais começou logo depois da ditadura militar. De alguma forma podemos dizer que a política econômica dos militares vulnerabilizou mais ainda os setores pobres da sociedade através da concentração do investimento público em projetos como a transamazônica, e outros arroubos desenvolvimentistas e pouco investimento em educação, saúde e políticas de geração de empregos e formação profissional. A dívida externa e a dívida interna cresceu exponencialmente no mesmo período.



Desde a década de 80 do século passado, muitos territórios periféricos foram ocupados pelo negócio da venda de varejo das drogas ilegais. Em consequência disso esses territórios ganharam diante da cidade uma nova característica a de servirem de palco para os confrontos armados entre grupos rivais e com a polícia. Segundo Misse (2007) foi em função da chegada da cocaína ao mercado brasileiro com preços acessíveis que possibilitou a formação e o poder que dos grupos armados envolvidos com o varejo de drogas.

O “movimento”, nome a venda de drogas, é um interlocutor obrigatório dentro das comunidades ocupadas. Ele se constitui como uma rede social que envolve jovens, suas famílias e toda uma série de atividades de geração de renda correlatas e indiretas. Essa rede relacional se baseia em relações sociais básicas, como o parentesco, a amizade e a vizinhança (SILVA, 2009).

O comércio varejista de drogas ilegais que se estende nas comunidades atua enquanto força social através da violência, da força gerada pela coesão entre os seus membros e do controle direto sobre as condutas, os bens imóveis e os espaços públicos da comunidade. A imposição de uma sociabilidade violenta (MACHADO, 2008), que mantém os indivíduos sobre controle, dificulta o fortalecimento de uma sociabilidade mais orgânica e democrática.

A ocupação dos espaços públicos por homens armados aos poucos vai comprometendo os laços que articulam os moradores das comunidades e compromete a capacidade de participação política. Por outro lado, os indivíduos confrontados com contextos de elevada desigualdade, que se amplia na favela, tradicionalmente mais uniforme, com os problemas que essa situação provoca, restringem o sentimento de pertencimento e a solidariedade à família. Nesse contexto os sujeitos têm dificuldade para se envolver em projetos coletivos que se estendam para além do seu círculo familiar porque direcionam o sentimento de confiança mútua ao seu círculo pessoal mais íntimo.

A falta de confiança mútua estimulada pelas “agudas disparidades subjetivas” leva os indivíduos a considerar mais lógico situar os investimentos no seu grupo familiar. Os indivíduos não acreditam que valha a pena adiarem seus ganhos imediatos em nome do bem comum. Para Reis (1998) o estreitamento dos laços sociais não é um problema circunscrito aos territórios de favela, mas um fenômeno que atinge todas as



grandes cidades da América latina, e tem como determinação fundamental a elevada desigualdade social.

Segundo esse mesmo autor a desigualdade social tem como um de seus subprodutos o retraimento da esfera pública, como fenômeno que se desdobra a partir do foco das identidades subjetivas na família e do estreitamento das fronteiras da comunidade, porque “agudas disparidades nas experiências de vida geram diferenças tão grandes nas orientações cognitivas, que sentimentos de pertencimento simplesmente não podem se fixar” (id., p. 134).

A desigualdade também se vincula à hierarquização a social e a concentração de riquezas e poder político. A partir desse desnível as relações estabelecidas entre as elites e os trabalhadores pobres se tornaram extremamente autoritárias, sobretudo nas regiões distantes onde o poder estava centralizado na mão de uma ou duas famílias locais que, muito provavelmente, exploravam produtos de região em empreendimentos bem sucedidos. Como resultado, na sociedade brasileira não se consolidou o “costume” da participação política.

A concentração de poder também levou a uma forma peculiar de relação entre o público e o privado no Brasil: entre nós essas duas dimensões da vida social estão misturadas. A imbricação entre o público e o privado se configurou na privatização do espaço público e essa privatização levou a uma atrofia da dimensão política da sociedade, comprometendo também o processo de socialização da política.

No Brasil a convivência de grupos de diferentes graus de poder político e econômico propiciou a consolidação de práticas políticas baseadas na troca de “favores” por apoio. A transformação da potência política dos trabalhadores pobres, sua capacidade de escolher e interferir nas questões públicas, em mercadoria tem a idade do Brasil. As interações desse tipo percorrem séculos de história brasileira, constituindo-se, aos poucos, em modelos de conduta e interações que ficaram conhecidas como “clientelistas”.

O clientelismo só faz sentido em contextos de profunda desigualdade social e concentração de poder. No Brasil a relação das elites com os moradores da favela tem a marca do clientelismo. Ele modelou a forma como passaram a ver o Estado e seus agentes.



“Habitados” aos “favores” dos políticos que “cultivavam” currais nas regiões pobres, não foi difícil para a população favelada reconhecer nos “rapazes do movimento” semelhanças com os antigos “homens públicos” de quem eram “clientes”. Em algumas comunidades menores os traficantes foram substituídos pela milícia, que manteve o mesmo padrão interacional.

Os “favores” dos homens de poder - legais ou ilegais; da oposição ou da situação; vindos da igreja ou do terceiro setor - são contabilizados na economia doméstica. A adesão dessas populações a projetos associativistas ou o comparecimento a reuniões, não se vinculam, necessariamente, a escolhas morais e ideológicas. Em muitos casos o que interessa ao morados é saber como se resolve seu problema particular. As relações, com outros atores sociais, que deveriam ser políticas e públicas, nesse caso, são esvaziadas de qualquer significado cívico. No caso das favelas o clientelismo dificultou o enfrentamento dos problemas sociais e dos problemas causados pela convivência com o “movimento”.

As Unidades de Polícia Pacificadora foram criadas pelo governo de estado do Rio de Janeiro como estratégia de enfrentamento da violência urbana através da ocupação e reintegração dos territórios que estavam sob o domínio dos grupos envolvidos com o comércio de varejo de drogas ilegais. Esse é um projeto que está sendo desenvolvido pela Secretaria Estadual de Segurança Pública e foi criado pelo Decreto nº 41.650 de 21 de janeiro de 2009.

Esse texto vai discutir os resultados preliminares de uma investigação que está em curso em três comunidades pacificadas. Ele vai partir de entrevistas feitas com comandantes das Unidades de Polícia Pacificadora e da observação sistemática, para investigar como vem se desenrolando dentro do campo de ação das polícias pacificadoras a convivência de dois movimentos, aparentemente antagônicos, encontrados até agora: o esforço por fortalecer a articulação e a emancipação política e o "costumes" das práticas clientelistas, velhas conhecidas dos moradores das periferias e dos atores sociais e políticos que lidam com eles.

Cordialidade à brasileira

Euclides da Cunha não foi o único escritor a marcar de maneira definitiva a sociedade brasileira. No início do século XX um conjunto diversificado de intelectuais



decidiu assumir para si a tarefa de revelar a genuína identidade brasileira a partir de análise mais objetivas de sua história, economia e vida social.

No livro *Formação econômica do Brasil* Celso Furtado analisa a formação da sociedade brasileira tentando entender a partir de que processos o Brasil se tornou uma sociedade subdesenvolvida. A obra é a forma final dada por Furtado a uma série de trabalhos anteriores onde o autor desenvolveu um método analítico próprio denominado de “histórico-estrutural” que visa justificar o atual nível de desenvolvimento e distribuição de renda, em função do processo histórico-econômico. Furtado analisa a formação da sociedade brasileira desde os tempos da colonização.

Casa grande e senzala, lançado nos anos 30 do século passado, é outra obra fundamental para a nação brasileira. Enquanto Furtado tentava entender a gênese de nossa economia, Freire busca compreender os princípios e a lógica interna das interações sociais. O livro quer identificar as características da nação brasileira focalizando as relações entre os diferentes grupos sociais que constituíam a sociedade. O interesse pela dimensão doméstica da vida, regida pela parcialidade e pelos afetos, se justifica porque é nos domicílios, nos cuidados com a casa e as crianças, que senhores e escravos interagem sistematicamente.

Outro livro fundador da nação é *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1995), escrito em meados do século XX. Nele Holanda compara diferentes aspectos da formação das sociedades americana e brasileira tentando compreender porque, do ponto de vista político, o Brasil não conseguia vencer, o que ele chamou de “cordialidade”, que impedia a consolidação entre nós das instituições modernas?

A “cordialidade” é uma forma de se conseguir atender a necessidades particulares. Nesse tipo de conduta, a conduta “cordial”, a potência política de um dos pólos é trocada pela influência política do outro. Na modelagem “cordial” o que define a posição social de um indivíduo é o quanto de intimidade ele tem com os homens do centro do poder. Os grupos hegemônicos trocam a proximidade por adesão a projetos políticos.

Elias (2001) observou a mesma coisa quando analisou a configuração que a sociedade de corte de Luis XIV assumiu. Quanto mais próximo do rei, de suas atividades rotineiras, mas prestígio tinha o nobre diante dos outros nobres. No caso de Holanda, o que está em jogo é a proximidade dos senhores, dos donos de terra.



No Brasil o público, o espaço do debate e da decisão políticos, foi estruturado tendo como modelo as relações estabelecidas entre os senhores de terras e engenho e as famílias estabelecidas pobres dentro de sua zona de influência política. O senhor de terra estende seus domínios para além do seu latifúndio e se impõe por sobre a cidade, seus órgãos público e a vida de seus habitantes. Os benefícios e a proteção social são distribuídos de acordo com a rede interacional a qual o indivíduo pertence. Nessa configuração social a amizade do senhor é um trunfo inestimável.

Por isso Holanda atribui o “atraso” brasileiro em termos de política, à “pessoalização” das relações sociais. Essa prática traz para o campo público interações pré-modernas, domésticas. As questões de ordem pública não são enfrentadas de forma racional, calculada – o que seria esperado de uma ordem moderna, regida pelo cálculo.

Já nos primeiros tempos da colônia a dimensão pública e a dimensão privada da vida estavam misturadas. Entre nós, para efeito das relações políticas, casa e rua não se separam. A família patriarcal, instituição política e econômica, faz de sua casa o centro de decisão das questões locais. Ela mistura dimensões complementares, porém, antagônicas: a casa e a rua. Segundo Da Matta (2000), a casa é o espaço singularidade, da diferenciação, onde o que está em jogo são os afetos. A rua é seu oposto: se rege por relações indiferenciadas e racionais. No engenho a rua ficava na sala da casa grande.

Essas práticas “cordiais” imprimiram as relações políticas no Brasil, sobretudo as estabelecidas entre as elites e as populações vulnerabilizadas, a marca do clientelismo. O cliente nada mais é do que o “agregado” que goza do prestígio de ser protegido pelo senhor, no caso o homem público. O desempenho sistemático desse papel reproduz as condições de estabelecimento de relações clientelistas. As condutas dos sujeitos “acostumados” a contabilizar “favores” se transformam em estratégia de geração de renda eficiente e a disposição dessas populações. O clientelismo é uma forma naturalizada e tipificada de relacionamento entre as elites políticas e econômicas e os trabalhadores pobres que se tornou “*hábitus*” (BOURDIEU, 2002).

Bourdieu acredita que os indivíduos, através de suas escolhas e ações, reproduzem as instituições sociais. Mas os indivíduos não fazem isso conscientemente, eles reproduzem hábitos, condutas costumeiras. O “*hábitus*” é “história transformada em natureza”. Ele atua como uma interferência externa que se torna parte dos



indivíduos. Os indivíduos, através do “*hábitus*” tomam por suas as escolhas feitas pelo sujeito coletivo que foram típicas.

Nas comunidades pacificadas agentes do governo, empresários, ativistas políticos e moradores tentam enfrentar os problemas vividos pela favela de forma articulada. Mas até que ponto nas interações cotidianas esses sujeitos rompem com o “costume” da troca de “favores” por adesão ao projeto do governo e da cidade formal? Essa é a pergunta que o texto pretende responder nas páginas que se segue, mesmo que a resposta ainda, e sempre, seja preliminar.

Processo de pesquisa: estabelecendo direções de investigação

Os resultados que serão discutidos aqui refletem uma investigação preliminar. O estudo em questão teve início em janeiro desse ano. Ele faz parte de um projeto maior que tem acompanhado o processo de implantação da UPP e da UPP social, focalizando, até o momento, as comunidades da Providência (Centro), Nova Brasília (Complexo do Alemão) e a cidade de Deus.

Na pesquisa matriz o objetivo é avaliar em que medida a pacificação das comunidades está promovendo o desenvolvimento do local, considerando desenvolvimento como a melhora da qualidade de vida das pessoas que reflete a capacidade dos indivíduos de enfrentarem seus problemas de maneira autônoma (SEN, 2000). Só pode haver desenvolvimento – não aumento do PIB – quando os indivíduos são livres para buscarem o atendimento de suas necessidades de acordo com as prioridades estabelecidas individualmente. Não pode haver uma política de desenvolvimento que normatize as necessidades dos indivíduos, sobretudo em um contexto em que cada dia mais diverso culturalmente.

As discussões propostas aqui tiveram como base quatro entrevistas com comandantes de UPP, dois da zona sul e dois da zona oeste. Dois deles têm mais de dois anos de comando. Outro tem um ano. O quarto comandante está a três meses na comunidade.

Apenas um dos entrevistados tem experiência anterior com polícia de proximidade. Ele participou da ocupação do território dos Morros do Cavalão e Estado, em Niterói, no período de 2002 até 2008. Naquela época a ocupação estava sob a



responsabilidade do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GEAP), polícia de proximidade anterior as UPPs.

Uma das entrevistas foi gravada. Outra foi feita via e-mail. Nas outras duas as entrevistas foram feitas pessoalmente e as respostas foram anotadas pelo pesquisador.

É preciso também destacar que aos limites “naturais” do exercício do cientista social, discutidos por teóricos como Weber e Kant, vem se somar nos resultados apresentados aqui, a pouca representatividade dos dados. Mas esses resultados serviram para trazer à tona nuances relevantes no processo de pacificação que não haviam sido percebidas “a olho nu”.

Resultados

A política de proximidade, nova metodologia que está sendo implantada no Rio de Janeiro, tem como pilar cuidar da qualidade das interações estabelecidas entre os policiais e os moradores das comunidades pacificadas

O grupo de comandantes parece conhecer amplamente a política de implantação de UPPs. Eles discutem com desenvoltura os princípios básicos, os objetivos, os processos e o método de implantação dessa política. Eles se sentem responsáveis por criar as condições necessárias para a implantação das UPPs sociais. Em duas entrevistas os policiais se consideram também responsáveis pela comunidade, pelo que acontece com os moradores no dia a dia e pelo sucesso ou fracasso dos esforços de melhorar a vida desses moradores.

Ser responsável pela comunidade para um deles implica em cuidar para que a paz seja mantida e para manter a paz é preciso estabelecer parcerias capazes de atender às necessidades da população. Para outro significa, entre outras coisas, assumir o papel de mediador da comunidade com os agentes do poder público e dos fornecedores particulares de serviços públicos – LIGTH, NET, entre outros.

Os comandantes se sentem vinculados à comunidade onde atuam e esperam que suas ações possam, prioritariamente, manter a ordem e legitimar a presença dos policiais na comunidade. Essa legitimidade, que facilita o trabalho de manter a paz, é conseguida através da aproximação física com os moradores e através do interesse e do empenho em resolver os problemas deles.



A legitimação se procura através de outras coisas que não aquelas que coadunam com as funções ideais da polícia: proteção do cidadão e manutenção da ordem. A idéia de ordem aqui inclui um dado de realidade. Podemos dizer que existe a idéia de ordem e a ordem contextual². Nesse sentido a ordem mantida inclui a venda de drogas ilegais sem o uso de armas nem a ocupação ostensiva dos espaços públicos.

A política de proximidade tem como pilar a aproximação dos policiais e moradores das comunidades pacificadas. Mas a “proximidade” também vem facilitando a abordagem dos moradores que estão em busca dos velhos “favores” das autoridades disponíveis. O comando da UPP é procurado por moradores organizados ou individualmente, para resolver problemas que, na opinião dos comandantes, não se coadunam com o papel social tradicional da polícia. Permitir festas particulares, permitir e organizar o uso de espaços públicos, arbitrar conflitos familiares ou entre moradores, disciplinar crianças a pedido dos pais ou dos vizinhos, produzir eventos com farta distribuição de brindes e benefícios, todas essas demandas estão sendo dirigidas e assumidas pelos comandantes das UPPs.

Expedientes como o interesse pelos problemas dos moradores, o uso da influência do comando junto aos órgãos públicos para garantir atenção para demandas da comunidade são utilizados para ajudar na aproximação com os moradores. Segundo um dos informantes o próprio estado incentiva a prática das ações “simpáticas” quando dá ao comando sacos de brinquedos novos para serem distribuídos na comunidade. Outro afirmou que costuma fazer festas para os moradores articulando agências governamentais e empresários para a distribuição de presentes e lanches.

Três dos comandantes entrevistados vêm o trabalho de promover articulação política dos moradores entre si e com outros agentes sociais, presente nas atribuições do seu comando como uma forma de se atingir a meta da pacificação e da adesão ao projeto como um todo.

Um dos informantes vê a promoção da articulação política como parte fundamental do seu trabalho na comunidade. Para ele os “favores” que a comunidade espera do seu comando representam uma forma ultrapassada de interação social. Ele vê

² Ver Zaluar, *A máquina e a revolta* (2000), onde a autora apresenta e aplica a noção de “verdade contextual”, se referindo ao processo de estabelecimento da verdade em uma determinada situação do cotidiano. Nesse caso vale muito pouco a verdade ideal, universal, abstrata. As escolhas dos moradores de Cidade de Deus se explicam em função do estabelecimento da “verdade contextual”, que leva em conta os atenuantes e agravantes envolvidos nos eventos constitutivos do caso.



esse “costume” como um dos responsáveis pela gravidade da situação vivida pelos pobres urbanos. Esse tipo de relação, que expressa hierarquias sociais e diferenciais de poder, herdada da antiga sociedade, está na raiz da pauperização dessas populações e da ocupação do território pela força do “movimento”.

Pedir e fazer favores foram, e ainda são, estratégias comuns no sistema de troca, mesmo que forçada, entre os moradores e os “amigos” ou os milicianos. Essa prática tem como antecedentes as práticas de políticos que criavam currais eleitorais a partir do atendimento de necessidades pontuais. Em alguma medida os policiais da UPP estão tendo que ocupar o lugar deixado pelos homens do “movimento” ou pelos milicianos. Mesmo considerando que essa não é a melhor forma de consolidar as interações no campo de ação de cada UPP.

Três deles afirmaram que não é papel da polícia atender expectativas da comunidade, mas reconhecem que essa estratégia dá resultados mais rapidamente. Um deles disse a respeito do papel que estão tendo que desempenhar na sociedade: “Eu não sou miliciano para ficar dando presentes e fazendo favores, mas isso ajuda a legitimar o trabalho, mas isso também ajuda a legitimar nossa ocupação”. Um deles afirmou que assume a responsabilidade pela promoção de festas para as crianças como um expediente comum no trabalho comunitário, sem parecer estar preocupado com o tipo de relação que se consolida com esse tipo de atividade.

Os comandantes demonstraram graus diferenciados de preocupação em relação aos efeitos dos “favores” feitos aos moradores e a outros atores sociais, como diretores de escola, por exemplo. Eles se mostram preocupados com o que chamaram de “acomodação” do morador, mas não têm clareza suficiente de que tipo de “favor” pode ser classificado como nocivo nesse caso. Até porque para todos eles o favorecimento dos moradores legitima a presença e as ações da polícia de proximidade.

Considerações finais

No lançamento da UPP Santa Tereza, Ricardo Henriques, presidente do Instituto Pereira Passos, responsável pela implantação e o acompanhamento da UPP social, afirmou que é papel do Estado nas comunidades ocupadas romper com séculos de cultura clientelista. A promoção do desenvolvimento e da inclusão social só pode ser garantida através do empoderamento individual e de iniciativas associativistas. Mas,



como bem observou Zaluar quando estudou a Cidade de Deus, os moradores das comunidades relacionam os “favores” obtidos entre os ganhou mensais. Esses favores são contabilizado nas contas domésticas. Como os políticos de antigamente, que fizeram da miséria e da seca nordestina um grande negócio, os moradores da comunidade fazem da exclusão a que estão submetidos “moeda” corrente nas interações sociais com pessoas e instituições. A tarefa proposta por Ricardo Henriques fica ainda mais difícil.

O governo do estado através da polícia militar vem buscando estratégias inovadoras que sejam eficazes no que se refere à segurança pública. O que há de mais inovador até agora é o fato de que se espera que o comando da polícia de proximidade também assuma o papel de articulador social. Eles devem procurando construir comunidades mais fortes e auto-suficientes onde moradores e policias estejam próximos. Com o fortalecimento dos laços sociais eles esperam favorecer as estratégias de geração de renda e as estratégias de enfrentamento de problemas de maneira geral.

Precisamos pensar em novas bases para o estabelecimento de arranjos sociais que reflitam a preocupação com ética, sustentabilidade e solidariedade. O projeto das Unidades de Polícia Pacificadora está afinado com essa proposta, mas até aqui podemos dizer que implantação da UPP não conseguiu ainda configurar novas formas de relacionamento e articulação política nas comunidades pacificas. Moradores e policiais ainda estão às voltas com o velho costume dos “favores”.

A partir de observações feitas durante visitas a comunidades pacificadas foi possível perceber que as condições em que as situações acontecem – a gravidade e precariedade, as expectativas dos atores em interação, as formas de interpelação do Estado- tudo concorre para que seja mais efetivo fazer uso de expedientes clientelistas na hora de solucionar problemas.

A própria prática da responsabilidade social apresenta uma característica fundamental para o estabelecimento de práticas clientelistas: grupos em extremo desnível social econômico e político em relação de interdependência, um dos grupos em condição de ocupar a posição de “protagonista da ação e da doação”, enquanto o outro ocupa a posição de “protagonista da necessidade”. A concentração de riquezas e de poder coloca alguns grupos sociais em condições de praticar responsabilidade social e coloca outros grupos em condições de precisar receber. Ideal que o desenvolvimento



representasse a capacidade dos indivíduos de conseguirem o que desejam de forma autônoma e socialmente articulada, como na receita de Sen (2000).

Por ironia do destino a favela hoje é considerada um lugar privilegiado por setores da sociedade carioca. Entre os seus privilégios estão relacionados preços e condições de pagamento diferenciado em serviços, como luz e TV a cabo, acesso da juventude a cursos que não foram disponibilizados para toda a população, como o curso de *luthier* que o *Rock in Rio* está promovendo, e outros benefícios e facilidades. Os moradores estariam tirando partido de uma situação de exclusão que na prática nem atinge a totalidade da população favelada. E fazem isso por “costume e vício”.

Mas, os moradores das favelas cariocas esperam que o Estado e a sociedade organizada resolvam seus problemas porque efetivamente os problemas da comunidade no dia a dia são resolvidos com mais rapidez e eficácia quando esses agentes intervêm. Em uma das entrevistas o comandante disse que tinha sido procurado pela diretora da escola para que ele conseguisse que alguém concertasse o muro que tinha caído. Ou seja, ao invés de acionar os mecanismos institucionais elaborados pela secretaria de educação para casos desse tipo, esse ator social preferiu pedir um favor. Por quê? Aparentemente porque ele acreditava, como o próprio comandante, que pelas vias institucionais seu problema não seria resolvida da maneira como a direção da escola queria³.

O “favor” se mistura com outras práticas sociais permitindo que, sujeitos cujo acesso a determinados serviços ou produtos não é garantido pelo Estado, sintam-se atendidos em suas necessidades. A falta de “costume” da participação política e a pouca disponibilidade para participar de projetos que não estejam circunscritos ao seu círculo mais íntimo, leva os indivíduos a buscarem saídas particulares para as suas dificuldades. Nesse momento estão disponíveis para ele as gastas práticas clientelistas, que receberam um reforço considerável no seu potencial de propiciar benefícios a partir do início da implantação da política de pacificação. O cachimbo faz a boca torta e a boca torta entorta o cachimbo.

Referências

³ Os “favores” devem estar promovendo o atendimento de demandas particularizadas de um morador ou outro, mas isso não pode ser analisado com o material disponível até agora.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

- DA MATTA, R. *A casa e a rua*. 11 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ELIAS, N. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- MACHADO DA SILVA, L. A. *Vida sob cerco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MISSE, M. *O movimento* (1999). Capturado no site www.ufrj.ifcs.necvu.br. Acesso 15/01/2007.
- OLIVEIRA, J. S.; MARCIER, M. H. A palavra é: favela. In ZALUAR, A. & ALVITO, M. (Orgs.) *Um século de favela*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- PERALVA, A. *Violência e democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REIS, E. P. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral de Banfield. In REIS, E. P. *Processos e escolhas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*, S. Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SILVA, H. H. C. et, al. O comércio de varejo de drogas ilegais e a juvenilização de sua mão de obra. *Revista Augustus*, n 28. Rio de Janeiro, p 57-78, ago. 2009.
- VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44. São Paulo, out. 2000.
- _____. *A invenção da favela*. Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.